TESE DA KIZOMBA AO 53º. CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE)

O Congresso da UNE significa o encerramento e a abertura de um ciclo político do movimento estudantil. A Kizomba completa 14 anos de existência e chega com toda força a mais um Congresso. Convidamos todos os/as a conhecer a Kizomba, nossa história em defesa da nova cultura política, do fortalecimento da educação pública de qualidade, do internacionalismo, do fim do machismo, do racismo e qualquer forma de discriminação.

Somos estudantes de todas as cores, de todas as raças, de diferentes orientações sexuais. Somos jovens de esquerda, socialistas, feministas e internacionalistas. Dedicamos juntos, parte importante de nossas vidas à construção de um mundo mais justo, democrático e mais fraterno.

Vivemos um importante momento de ampliação de nossa presença no movimento estudantil brasileiro. Cada vez mais jovens se somam ao nosso coletivo com o objetivo de construir uma Nova Cultura Política. Fortalecemos a Kizomba a partir de uma política vitoriosa que dialoga com a realidade dos/as estudantes brasileiros/as e considera que a democratização da universidade é estratégica para a transformação do Brasil.

Buscamos contribuir para a transformação da realidade da educação brasileira por meio do fortalecimento da UNE. Participamos da campanha pelos 10% do PIB para a Educação Pública, da aprovação da destinação dos royalties do Pré-Sal para a educação, da aprovação da lei de cotas nas universidades brasileiras, pelo fim dos trotes machistas e racistas e o combate a qualquer forma de discriminação nas universidades, defendemos o SUS, a Criação da Comissão da Verdade da UNE e a organização da II Conferência Nacional de Educação.

Apresentamos aqui nossa tese ao 53° Congresso da União Nacional dos Estudantes. Escrita, pensada e elaborada por várias mãos e vários corações, reafirmaremos nossa trajetória em defesa da construção do socialismo democrático no Brasil. Apresentaremos nossas opiniões sobre as agendas colocadas diante do avanço da revolução democrática em curso no país e nossa opinião sobre os rumos da educação brasileira. Reafirmaremos nosso compromisso com o feminismo, o anti-racismo, o combate a homofobia e o internacionalismo.

Está presente nesta tese a tradição transformadora que nos liga com a cultura democrática e combativa do povo brasileiro. Reivindicamos a luta do povo negro, das mulheres, dos trabalhadores rurais, saudando Zumbi, Lampião e Maria Bonita, Leonardo Boff, Maria da Penha e Honestino Guimarães e, assim, nos encontramos com nossa história e fundimos nossa identidade com a do povo brasileiro. Nosso projeto é nos tornar mais Brasil, e construir, há cada dia e há cada luta, um Brasil mais Kizombola.

Aproveitem a leitura e boa luta a todos e todas.

BALANÇO DA GESTÃO 2011-2013 E NOVOS DESAFIOS

FORTALECER A UNE PARA AVANÇAR NAS LUTAS DEMOCRÁTICAS

A ampliação da legitimidade e o fortalecimento da UNE perante o conjunto dos estudantes estão inteiramente relacionados aos avanços das lutas democráticas conquistados e ainda por conquistar. A abertura de canais de participação no Estado brasileiro, como os Conselhos e as Conferências, e a capacidade de conquistar vitórias e imprimir uma agenda

positiva ao movimento educacional brasileiro permitiu à UNE reforçar o seu protagonismo na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade e da juventude em geral.

Caminhamos para o fechamento de uma gestão marcada por muito ativismo, militância e defesa, autônoma e intransigente, das pautas que mobilizaram e unificaram amplos setores dos movimentos educacionais e sociais. Em especial, a atuação da UNE na greve das federais foi importantíssima. No conjunto das universidades, os diversos campos políticos que compõe a entidade protagonizaram inúmeras lutas por conquistas de avanços nas realidades locais e nacionais da educação superior do país. Do ponto de vista nacional, a UNE foi a grande responsável pela conquista mais expressiva obtida nos últimos anos pelos movimentos sociais brasileiros: a aprovação na Câmara dos Deputados da destinação de 10% do PIB para a educação pública. O balanço positivo dessa gestão em relação às lutas dos/as estudantes e da juventude brasileira colocam a UNE em melhores condições para enfrentar os novos desafios que emergem a partir desse novo patamar a que chegamos no ensino superior do país.

Está ao nosso alcance conquistar no próximo período a aprovação de medidas que destinam 100% dos royalties do Petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação pública, tornando mais concreta a possibilidade do país investir 10% do seu PIB no setor. Esse novo cenário nos permite concentrar nossas lutas em torno da expansão e melhoria da qualidade da educação pública no país. Isso significa aprofundar as políticas de democratização do ensino superior público; reorganizar democraticamente as estruturas administrativas, pedagógicas e curriculares das universidades; e regulamentar o ensino superior privado, no sentido da sua completa desmercantilização. Essas são agendas que devem estar no centro da pauta e das nossas lutas no próximo período.

A UNE tem também o grande desafio de organizar politicamente os amplos setores que têm acessado o ensino superior. Por meio do PROUNI, do REUNI, do ENEM/SISU e das Políticas de Cotas e Ações Afirmativas o ensino superior brasileiro dobrou de tamanho. No entanto, há um conjunto amplo de novos problemas e angústias vividas pela universidade e, em particular, por esses setores que a acessaram.

Nesse sentido, a UNE, representada por sua direção nacional e pela rede de CA's e DCE's, precisa ampliar a sua capacidade de diálogo e sua intervenção criativa para envolver e organizar esse conjunto novo de atores sociais e de agendas. Isto é, é necessário aprofundar e acelerar a dinâmica de democratização da UNE, permitindo maior transparência e divisão de responsabilidades para a condução da entidade. Do mesmo modo, é necessário continuar criando espaços de participação da plurarilidade de vozes que compõe o movimento estudantil.

Saudamos a criação da Comissão da Verdade da UNE, a publicação das contas da entidade no site da UNE, o empenho e seriedade na condução dos trâmites para o início das obras da sede da UNE na Praia do Flamengo, 132. Por outro lado, é fundamental instalar efetivamente os Conselhos Fiscais e Editoriais da entidade, pensar coletivamente formas de democratizar radicalmente os fóruns e eleborar estratégias autônomas e participativas de financiamento da rede do movimento estudantil.

Ao mesmo tempo, esse esforço é mais útil ao fortalecimento da UNE se vier combinado com a ampliação dos espaços em que a formulação e a direção da UNE é socializada com o conjunto dos estudantes. A diversificação do perfil e dos interesses dos/as novos/as estudantes que acessaram o ensino superior exige a criação de novos espaços para além dos tradicionais fóruns de deliberação da UNE. O Encontro de Mulheres Estudantes e o Encontro de Negros, Negras e Cotistas da UNE têm respondido à uma realidade de um ensino superior cada vez mais majoritariamente feminino e com a presença de mais jovens negros/as. A participação da UNE na realização do VER-SUS insere a entidade na agenda de fortalecimento da saúde pública, fundamental para o avanço das lutas democráticas no país. É necessário também reforçar a sua intervenção nos espaços de organização LGBT's e

criar espaços próprios como os de auto-organização das estudantes mulheres e dos/as estudantes negros/as.

Por fim, é fundamental para o próximo período a participação da UNE na II Conferência Nacional de Educação. A experiência recente de participação na I CONAE reforçou a unidade e apontou para vitórias políticas do movimento educacional brasileiro como os 10% do PIB e a criação do Fórum Nacional de Educação. A UNE atualizou seu projeto de reforma universitária no seu último CONEB, apontando a centralidade da luta pela ampliação da qualidade no ensino superior brasileiro. A participação em todas as etapas da II CONAE deve ser prioritária para o conjunto dos/as estudantes brasileiros/as, tendo como norte estratégico o Projeto da UNE de Reforma Universitária e a atuação conjunta com o movimento educacional brasileiro.

CONJUNTURA
E
EDUCAÇÃO

Crise Mundial e o Brasil

A crise econômica de 2008 que perdura até os dias de hoje, demonstrou a fragilidade do sistema financeiro dos países centrais e os perigos da ação desregulada dos capitais especulativos, e teve seus maiores impactos sobre os(as) trabalhadores(as), atingidos(as) com maior gravidade tanto pelo desemprego, como pela política de arrocho de gastos públicos e de supressão dos direitos sociais.

Nesse período de crise sistêmica do capitalismo e da hegemonia neoliberal abre-se uma disputa para reconfigurar o sistema político internacional polarizada entre dois importantes blocos: um composto pelos países do centro do capitalismo avançado e os países do sul do mundo.

Enquanto os países centrais têm adotado medidas econômicas ultraliberais e substituido suas democracias por plutocraciais comandadas pelos funcionários do capital financeiro, a dinâmica em curso na última década na América Latina foi propícia para o fortalecimento de uma nova agenda progressista, pós-neoliberal baseada em políticas sociais e econômicas com forte capacidade de inclusão social.

Esse processo de disputa de uma nova hegemonia mundial e de enfrentamento às políticas ultraliberais danosas ao povo tem mostrado diversas manifestações populares ao redor do mundo. Não é coincidência o fato de serem os/as jovens os/as protagonistas de grandes mobilizações nos países e regiões onde o neoliberalismo produz seus efeitos mais perversos. Em 2011 jovens de diversos continentes tomaram as ruas e fizeram valer seu poder de transformação e questionamento em torno de causas que guardavam entre si a vontade e a força de construir alternativas para o mundo. Foi assim na primavera árabe onde as mobilizações democráticas tomaram as ruas por melhores condições de vida e nas grandes mobilizações na Europa protagonizadas pela juventude exigindo o fim das exigências impostas pelos organismos internacionais que penalizam os mais pobres.

Enquanto isso, na América Latina as grandes transformações vividas na última década têm levado o povo junto com os movimentos sociais a saírem às ruas em defesa dos direitos conquistados e em busca de mudanças cada vez mais profundas da estrutura social e política do Continente. Os recentes golpes ocorridos em Honduras (2009) e no Paraguai (2012) servem de lição para que não baixemos a guarda e continuemos mobilizados em torno de melhorias nas condições de vida do povo latino-americano.

A morte de Hugo Chavez comoveu todo o continente e levou milhões de pessoas as ruas em defesa do legado da revolução bolivariana. Hoje somos milhões de Chavez, lutadores e lutadoras em defesa de uma América Latina livre. O sonho da pátria grande emancipada, soberana e radicalmente democrática mobilizou diversos setores da sociedade e da juventude em torno da eleição de Nicolas Maduro. Sua vitória representa a continuidade do sonho de várias gerações na construção de um mundo mais igual.

Reafirmamos nosso compromisso de lutar por uma alternativa de civilização ao capitalismo, a ser construída com todo o povo latinoamericano, democraticamente, que promova os direitos à igualdade, capaz de construir novos modos de organizar a vida social para além da mercantilização e do autoritarismo do capital.

Ainda há muito a fazer. Precisamos lutar:

- Pelo fortalecimento da UNASUL e do Parlasul;

- Pela integração latinoamericana do ensino superior;

- Pela integração latinoamericana através dos direitos humanos com a reconstituição da memória e da verdade acerca da “Operação Condor” e punição dos militares envolvidos;

- Pela Reforma dos organismos internacionais multilaterais;

- Pela Promoção de uma ordem multilateral baseada no pacifismo e na solidariedade;

- Contra as bases estadounidenses na América Latina;

- Contra a ratificação dos acordos internacionais de defesa da propriedade intelectual.

- Por um estado palestino livre, soberano e sustentável;

- Pelo fim do criminoso embargo econômico à Cuba promovido pelos EUA;

- Pela maior liberdade de transito das pessoas, e não somente do capital;

- Pelo fim da xenofobia;

- Pelo fortalecimento do FSM como espaço de debate e articulação internacional da esquerda.

10 anos de Governos do PT: Aprofundar a Revolução Democrática brasileira

Inseridos nesse processo de disputa da hegemonia mundial, no Brasil interrompemos o avanço do neoliberalismo e iniciamos a construção de uma nova hegemonia democrática e popular. A presença das forças socialistas e democráticas na liderança do país já deixou marcas profundas na sociedade brasileira. As vitórias de Lula em 2002 e 2006 e de Dilma em 2010 fizeram com que entrassemos em um novo ciclo de desenvolvimento, permitindo iniciar a reversão da decadência induzida pela rota neoliberal vivida, sobretudo, na década de 90 com os governos Collor e FHC.

É possível dizer que os governos do PT iniciaram uma transformação da consciência do povo brasileiro, uma alteraração da correlação de forças no país e uma mudança no caráter do Estado brasileiro. As vitórias consecutivas sobre as forças neoliberais expressam a força e capilaridade desse projeto no seio do povo brasileiro, potencialmente mais aberto à consolidação dessa plataforma progressista. Além disso, a consciência democrática do país é hoje mais nacional, popular, confiante e esperançosa. Temos ainda uma nova correlação de forças mais favorável ao campo progressista com o avanço dos direitos do trabalho, da cidadania e o ambiente democrático de relação com os movimentos sociais.

Ao mesmo tempo, o Estado brasileiro começou a ser democratizado dando início a redução da privatização e mercantilização das funções do Estado e ampliando os mecanismos de participação na esfera pública. Os recentes anúncios por parte da Presidenta Dilma sobre a redução da tarifa energética, a desoneração de impostos da cesta básica, a redução dos juros e o enfrentamento aos bancos privados, a ampliação dos direitos das mulheres e a destinação dos Royalties do Pré-Sal para Educação mostram como o Estado Brasileiro tem ampliado seu papel no desenvolvimento nacional.

Mas, se por um lado as grandes transformações realizadas na última década são fundamentais para a constituição de bases sociais para a democracia, por outro ainda são insuficientes para um programa de emancipação social e política. Ou seja, para abrir uma dinâmica de revolução democrática articulada com a luta pelo socialismo são necessárias mudanças qualitativas nas relações de trabalho, de propriedade e gênero, de ampliação da participação popular, além da mais ampla igualdade racial e geracional.

A possibilidade dessas transformações na estrutura social e do Estado brasileiro dependem fundamentalmente de um processo que articule a inclusão pelo emprego e pela renda, a garantia de mais investimentos públicos nas áreas sociais, a ampliação dos direitos sociais e políticos, às reformas estruturais como a política, a tributária, a agrária e das comunicações. Essa ofensiva é possível somente em um quadro de um amplo e

profundo ascenso dos setores de esquerda e dos movimentos sociais para o qual a UNE deve continuar se empenhando em construir.

Os direitos juvenis e os direitos humanos não serão efetivados sem confronto com os interesses do capital. Somente a mobilização juvenil e popular será capaz de concluir uma transição a outro modelo de desenvolvimento. A UNE, junto com os demais movimentos sociais brasileiros tem participado ativamente desse processo. Foi a partir dessa compreensão que os movimentos juvenis se unificaram em torno de uma grande jornada de lutas da juventude brasileira para mudar o Brasil e conquistar mais direitos para a juventude.

REFORMA POLÍTICA: o ME deve defender uma reforma política que combata os vícios que o sistema político-eleitoral brasileiro segue sustentando. A reforma política deverá estabelecer mecanismos de combate ao clientelismo, à corrupção e fortalecer a disputa político-ideológica. Isso se concretiza com o financiamento público de campanhas combinado com o voto em lista partidária (não mais voto nominal para o parlamento), fidelidade partidária e paridade entre homens e mulheres nas listas partidárias.

DEMOCRATIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES: Uma sociedade verdadeiramente democrática deve garantir o direito à comunicação. Incentivar e regularizar as rádios comunitárias ao invés de criminalizá-las; univeralizar a banda larga no campo e na cidade; apoiar o software livre; enfrentar a formação de grandes monopólios; e estabelecer o controle público dos meios de comunicação de massa – garantindo o caráter público das concessões de rádio e TV – são aspectos fundamentais para a consolidação da democracia brasileira.

PARTICIPAÇÃO POPULAR: A criação e fortalecimento de instrumentos de democratização da gestão do Estado é essencial para o fortalecimento das lutas populares. Através da participação popular, o governo reconhece a soberania popular, destacando o protagonismo do povo como principal interlocutor na construção das políticas, se valendo de outro modelo de governabilidade, assentado em valores democráticos. Daí a importância de priorizar espaços de controle e participação popular, como os Conselhos, as Conferências Nacionais de Políticas Públicas e Orçamento Participativo nacional.

AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA: a consolidação do processo de revolução democrática no país passa fundamentalmente pela ampliação da cidadania e dos direitos sociais para a grande maioria da população. Trata-se de avançar na hegemonia do público sobre o privado no que tange a oferta de serviços, constituindo um profundo processo de desmercantilização das relações sociais. Por isso, é fundamental avançar em políticas: de consolidação do SUS; ampliação de políticas para juventude que combatam o extermínio da juventude negra; de fortalecimento da agricultura familiar; de enfrentamento a homofobia, machismo e racismo; que resgate a memória, a verdade e a justiça; de redução da jornada de trabalho e de uma agenda de trabalho decente para a juventude; entre outras.

COMBATE AO CAPITAL FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL: Uma das pautas mais importante à consolidação de uma nova sociedade brasileira é o combate ao capital financeiro, em especial, à política de juros altos e superávit primário. Além disso, o movimento social deve pautar a necessidade de instrumentos de controle da entrada do capital financeiro ao lado da democratização das estruturas de controle internacionais.

10% do PIB para a Educação: Ampliar a democratização e a qualidade da educação pública

Nos últimos anos a educação pública no Brasil obteve avanços e vitórias concretas ao mesmo tempo em que conviveu com impasses profundos herdados das políticas neoliberais. Um dos momentos centrais do período que vivemos foi a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE) em 2010. A CONAE permitiu a construção de uma nova unidade dos movimentos educacionais do país em torno de uma agenda comum de fortalecimento da educação pública no país.

Desde a CONAE 2010, o movimento educacional conduziu fortes mobilizações em defesa de pautas estratégias para a educação pública como a valorização dos profissionais da educação, por meio da garantia do piso salarial nacional, de política de formação continuada e da organização dos planos de carreira; a democratização do acesso e garantia da qualidade da educação superior pública e privada; e, principalmente, a luta pela ampliação do financiamento da educação pública a partir da destinação do equivalente a 10% do PIB, 50% do Fundo Social do Pré-Sal e 100% dos Royalties do Petróleo para o setor.

A luta pela ampliação do financiamento público para a educação pública foi a principal pauta construída unitariamente pelo movimento educacional nesse último período. A partir das fortes mobilizações, argumentações técnicas e articulações políticas construídas por entidades como a UNE, a CNTE, Centrais Sindicais, Campanha, ANPEd, CONTEE, e das mobilizações grevistas protagonizas por estudantes e trabalhadores da educação conquistamos duas importantes vitórias: garantir a destinação dos 10% do PIB para a educação pública no texto do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado na Câmara em junho de 2012 e disposição do Governo Federal em destinar os recursos do Fundo Social do Pré-Sal e os royalties do petróleo para a educação pública.

Essas duas vitórias, no entanto, ainda não se consolidaram, uma vez que ainda dependem de aprovação final do Congresso Nacional e, o que é mais importante, dos desdobramentos da luta política que já se trava em torno da real destinação do fundo público que pode ser ampliado. Estamos diante da possibilidade real de conquistar a ampliação do financiamento público para a educação, mas a questão central para o movimento educacional nos próximos anos será vencer a disputa em torno da apropriação dos recursos públicos: de um lado estão os setores privatistas, que resistem na educação, e buscam garantir mais recursos públicos para o enriquecimento próprio, e de outros os movimentos sociais, os/as estudantes e trabalhadores/as, que devemos assegurar a ampliação dos recursos para garantir o direito público à educação de qualidade.

Avanços e limites das políticas educacionais: do modelo neoliberal ao modelo sócio-desenvolvimentista

É fundamental situar o estágio atual da luta política em torno da garantia efetiva do direito público à educação. Nos últimos dez anos, iniciamos a transição no país do modelo neoliberal para um modelo pós-neoliberal de feição sócio-desenvolvimentista. Esta transição tem impactos contraditórios nas políticas educacionais, uma vez que busca avançar no sentido democrático e inclusivo da educação no país em meio a uma herança elitista, privatista e anti-republicana do Estado brasileiro e das próprias políticas educacionais existentes no país.

Nesse sentido, existem pelo menos três grandes impasses relacionados com a herança do modelo neoliberal na educação e que devem ser superados no país para que se possa avançar rumo um modelo democrático e socialmente referenciado: um primeiro se

relaciona com a fragmentação da organização da educação nacional; um segundo, com a forte mercantilização que predomina na educação superior; e um terceiro, com as crises vividas pelas universidades públicas.

As políticas neoliberais reforçaram a fragmentação da organização da educação nacional no sentido da desresponsabilização do Estado Brasileiro com o direito público à educação. Um dos aspectos dessa fragmentação é a insuficiência de instâncias interfederativas que tornem possível o funcionamento harmonioso dos regimes de colaboração e de cooperação no âmbito do pacto federativo. Outro aspecto se expressa nas falsas contradições entre os níveis, etapas e modalidades da educação brasileira, como a que separou a educação básica da educação superior com a afirmação de que se deveria investir apenas na primeira e a que priorizou a educação fundamental em detrimento dos outros níveis (educação infantil, nível médio e profissionalizante). Ao mesmo tempo, a expansão da educação profissional na rede pública foi proibida por lei, favorecendo o Sistema S e as entidades privadas e reforçando a dicotomia entre a educação para o trabalho intelectual e a educação para o trabalho manual precarizado.

Em relação à mercantilização do Ensino Superior, as orientações das instituições responsáveis por assegurar o cumprimento dos ditames neoliberais (Banco Mundial, FMI, OMC, etc..) foram no sentido de combater o modelo de universidade calcado no tripé ensino-pesquisa-extensão, adotar diretrizes que conduziam à máxima diferenciação entre centros de excelência (pesquisa) e instituições de ensino e adulterar a proposta constitucional de autonomia de gestão financeira das universidades, transformando-a em autonomia finaceira perante o Estado, ou seja, reduzindo os laços de financiamento público da educação superior e impondo a participação da iniciativa privada.

Por meio da Reforma Gerencial do Aparelho de Estado, orientada pelos organismos internacionais, a educação superior deixou de ser tratada como direito e bem público e passou a ser considerada como "atividade não exclusiva do Estado". Estreitamente relacionada com a agenda da OMC de liberalização da educação superior, a legislação educacional (a LDB - 9394/96 - e o Decreto 2306/97) introduziu no país a oferta privada/mercantil e reconheceu a educação superior como potencial mercadoria. O financiamento público para a educação superior pública foi reduzida de 0,91% para 0,6% do PIB entre 1994 e 2002 e não houve criação de nenhuma nova IFES nesse período. Com isso, o número de instituições de ensino superior de caráter privado/mercantil cresce exponencialmente desde 1999, saltando de 526 para mais de 1800 entre 1999 e 2010 e configurando um profundo impasse em relação ao modelo de expansão do ensino superior no país.

No caso específico das universidades públicas, o projeto neoliberal buscou desconstruí-las enquanto instituições sociais reconhecidas como bem público e transformá-las em organizações sociais orientadas pela competição no mercado educacional. Isto é, ao invés de terem como princípio a sociedade e perseguir a universalidade, a universidade pública, ao se transformar em organizaçao social teria a si mesma como referência, num processo de competição com outras organizações em que os valores essenciais seriam os da eficácia e eficiência.

O neoliberalismo fragmentou todas as esferas da vida social e, nesse sentido, trasnformar a universidade pública em organização social seria mais útil, pois desse modo ela teria mais capacidade de se adaptar às mudanças contínuas e inesperadas do capital. Essa universidade operacional, como é chamada, se caracterizaria pelo desaparecimento da formação, substituindo-a pela transmissão rápida de conhecimento; pela habilitação rápida para a entrada rápida no mercado de trabalho; pela pesquisa superficial que não aprofunda conhecimentos e não constrói novas epistemologias, mas se consolida como estratégia para soluções parciais para problemas parciais exigidos pelo mercado; pelo processo educacional como fator de produção, ou seja, como insumo para a geração e

acumulação de novas riquezas; pela heteronomia, uma vez que a universidade não determina o que produz, mas é dirigida pelo e para o capital financeiro; e pela irrelevância, pois não responde às demandas sociais.

A resistência dos/as estudantes e trabalhadores/as à transformação das universidades públicas em organizações sociais, permitiu que esse processo não se completasse como propunham as reformas neoliberais, mas não impediu que ele levasse às universidades públicas a uma crise institucional e de legitimidade devido à perda do seu status de bem público e ampliação da sua crise de hegemonia ao erguer uma robusta rede privado/mercantil que convivia paralelamente com a rede pública sucateada.

Novos ventos na educação brasileira levantaram a poeira neoliberal...

Há dez anos, a emergência de um novo projeto pós-neoliberal para a sociedade brasileira, liderados pelas forças democráticas e populares que resistiram ao neoliberalismo, firmou um novo pacto de desenvolvimento nacional a partir do crescimento e fortalecimento da economia e da redução das desigualdades, dirigido a partir da intervenção de um Estado em reestruturação. Através desse novo pacto de desenvolvimento, a educação passou a ocupar um lugar central na ação governamental, como ponto de articulação entre as políticas industriais, de ciência e tecnologia e as políticas sociais

A partir daí se iniciou um novo conjunto de políticas educacionais inspiradas na retomada do sentido público e na superação da fragmentação da educação no país. Aliados a isso, outros fatores de ordem objetiva, como a altíssima demanda educacional reprimida e, a partir de 2008, como os efeitos da crise mundial sobre a economia brasileira, impuseram um lógica pragmática na condução das políticas educacionais.

Para se ter uma idéia, segundo o IBGE e o INEP, em 2010, a população jovem entre 18 a 24 anos representava cerca de 24 milhões de pessoas. Mesmo sendo essa a idade considerada adequada para a formação superior, apenas cerca de 3,3 milhões de jovens estavam nessa etapa da educação. Outros 3,2 milhões de jovens estavam ainda no Ensino Fundamental (630 mil), no Ensino Médio (2,5 milhões) e na Educação de Jovens e Adultos (27 mil). Os quase 18 milhões restantes não estudavam. A proposta do PNE, em tramitação, prevê que em até 10 anos o país alcance o patamar de 33% dos jovens dessa faixa etária cursando o ensino superior, o que significaria incluir cerca de 4,5 milhões de jovens. Além disso, seria necessário superar as graves assimetrias raciais e sociais no ingresso dos/as estudantes ao ensino superior que faziam com que esse fosse fortemente elitizado e hegemonicamente branco.

A questão que se colocou para o governo e os movimento sociais, portanto, foi a de como incluir milhões de pessoas no processo educacional num curto período de tempo e ampliar a formação técnica e científica dos/as trabalhadores/as, de modo a garantir a superação dos atrasos na educação formal do povo brasileiro e a competitividade do país num contexto de crise do capitalismo neoliberal globalizado. E mais, se colocou ainda a questão de como conduzir essa dinâmica em meio aos impasses configurados no período anterior.

Estamos entre os/as que compreendem as respostas dadas como coerentes com a história e os laços que ligam as ações dos Governos Lula e Dilma aos movimentos sociais. As políticas e os programas construídos nesse último período foram marcados pelo forte viés inclusivo e se ampararam nas inúmeras proposições produzidas pelos movimentos sociais da educação ao longo de décadas de lutas e resistências que não abrem mão da educação como um direito.

Para tanto, afirmou-se politicamente um novo paradigma para a organização da educação nacional que a compreendia não mais de forma fragmentada, mas numa perspectiva sistêmica. Nesse sentido, a ampliação do financiamento público para a educação, políticas como o FUNDEB, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e as alterações produzidas na constituição por meio da Emenda Constitucional 59 retomaram a

articulação entre os níveis, etapas e modalidades da educação e ampliaram o regime de colaboração entre a União, Estados, DF e Municípios. Embora seja de enorme importância, por contribuir para a construção de um novo consenso da sociedade brasileira que priorize a educação e a efetive como "direito de todos e dever do Estado", essa perspectiva ainda não adquiriu força social suficiente para constituir o Sistema Nacional de Educação.

Do ponto de vista da inclusão, apenas no âmbito do ensino superior e tecnológico, podemos destacar a recuperação do financiamento, assim como a criação de novas IFES e IFET's como uma vitória fundamental que reposiciona a educação pública como estratégica para o país e que abre o horizonte para a superação da sua contextação diante da primazia do setor privado. Para um país que têm apenas 14% dos/as joves de 18 a 24 anos no ensino superior, foi significativa a ampliação do acesso, dobrando o número de vagas por meio do PROUNI nas IES particulares e do REUNI nas IFES. Da mesma forma, a democratização do acesso por meio da reformulação do ENEM e criação do SISU, a recentemente adoção de cotas de 50% das vagas para estudantes oriundos da escola pública e que se auto-declaram negros/as, e a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foram conquistas importantíssimas para assentar o caminho de superação das desigualdades sociais e educacionais.

Esse processo de ampliação e democratização do acesso ao ensino superior está alterando o perfil dos/as estudantes das universidades públicas. Entre 2004 e 2010 – ou seja, antes da consolidação do REUNI e da aprovação da lei das cotas – dados indicam que houve aumento no número de estudantes trabalhadores (35% para 38%), na quantidade de estudantes de famílias com renda média mensal de até 5 salários minimos (65% para 67%), que o percentual de mulheres se manteve majoritário, com 53%. Além disso, de 2004 a 2010, o percentual de estudantes não brancos subiu de 40% para 46%. Se durante o período neoliberal as possibilidades dos/as trabalhadores/as cursarem o ensino superior estavam restritas ao seu ingresso na rede particular essa realidade está se modificando consistentemente.

Ao mesmo tempo, a necessidade de responder com rapidez às questões apontadas (atraso educacional e crise do capitalismo globalizado) reforçou uma lógica pragmática na condução das políticas educacionais pelo governo. A abertura de novas perspectivas para a educação superior pública, através da ampliação da rede federal, se deu paralelamente à manutenção do crescimento das vagas no setor privado, através do qual passou boa parte da política de inclusão na educação superior. Esse movimento aumentou o peso do setor privado na oferta de ensino superior, manteve forte a idéia de mercado educacional, para o qual diversos grupos econômicos nacionais e transnacionais têm direcionado seus investimentos, e impediu qualquer proposta de regulamentação do setor . Isto é, embora tenhamos reforçado o princípio de educação com direito público a estrutura da educação superior permanece fortemente determinada por interesses mercantis, aos quais o governo recorre para responder às necessidades urgentes de formação dos/as trabalhadores/ brasileiros/as e abre mão de enfrentar.

Em relação à superação do modelo de universidade operacional permanecemos em meio ao impasse originado pelo neoliberalismo. Com o REUNI, repusemos a centralidade da graduação na rede pública e bloqueamos o projeto nacional de diferenciação entre os centros de ensino e de pesquisa. No entatno, em função da luta política estéril – embora concreta - que se travou em cada universidade em torno de se aderir ou não ao programa perdemos a oportunidade de, através dele, reestruturarmos as universidades públicas. Ao perder essa oportunidade, alguns retrocessos institucionais ocorreram porque afirmaram características do modelo de gestão típico do enquandramento neoliberal.

As políticas educacionais e a Revolução Democrática

Entedemos que foi possível incidir positivamente, nos últimos anos, sobre os três impasses que identificamos na educação superior no Brasil, sobretudo desde o período neoliberal. Ao lançar luzes sobre as questões que parecem orientar a ação dos últimos governos sobre as políticas educacionais avaliamos, no entanto, que a coerência demonstrada com os princípios que norteiam a ação dos movimentos sociais não se afirmou linearmente.

Isso ocorre porque a natureza do Estado brasileiro permanece fortemente liberal, vinculada aos interesses do capital financeiro. Isto é, para superar os limites de uma política pública que avança dentro das restrições impostas pelos interesses mercantis, num contexto em que novos desafios se apresentam para a luta política em torno da ampliação do fundo público para a educação, é necessário colocar a questão central da transformação do próprio Estado brasileiro através do processo de Revolução Democrática.

Se na transição do projeto neoliberal ao projeto socio-desenvolvimentista estava posta a questão de recolocar o direito público à educação em meio aos impasses do setor público frente aos interesses mercantis, a questão central para ser enfrentada no próximo período é a de superar esses próprios impasses através da articulação entre políticas educacionais de transição e a republicanização do Estado brasileiro. Há hoje um contexto mais favorável para isso, na medida em que os/as trabalhadores/as, negros/as, mulheres – setores potencialmente mais interessados nessas transformações – estão sendo incluídos no ensino superior e adquirem maior potencial de organização e luta.

A concretização dessa articulação entre políticas educacionais e o processo de Revolução Democrática poderá se dar por meio da agenda que afirme:

1) **a constituição do Sistema Nacional de Educação** que assegure a organização da educação brasileira como política de Estado, referenciada no interesse público democraticamente afirmado e reforçando o regime de cooperação federativa;

2) **a regulamentação do ensino privado** que combata a tendência oligopolizante e desnacionalizante imposta pelos grande grupos econômicos, além de determinar nitidamente os parâmetros de qualidade e de interesse público que devem ser assegurados nessas universidades;

3) **um novo plano de expansão das universidades públicas** que assegure a continuidade da ampliação e democratização das vagas, garantindo recursos para a melhoria das infra-estruturas físicas, especialmente nos novas universidades e campis criados, e para a triplicação das verbas do Plano Nacional de Assistência Estudantil;

4) **um efetivo plano de reestruturação organizativa e pedagógica das universidades**, visando a superação da fragmentação e parcelarização na pesquisa e no ensino, o amplo acesso à pesquisa e à qualificação contínua do trabalho intelectual e a auto-gestão das universidades com a democratização e republicanização do que é produzido.

Para nós, esses são os pontos que organizam uma agenda da UNE, colocando o conjunto dos/as estudantes brasileiros/as na ofensiva contra a mercantilização da educação e construindo uma nova correlação de forças na sociedade que pressione o governo a implementar políticas voltadas à radicalização da democratização da educação brasileira.

Todos/as à 2ª. Conferência Nacional de Educação

A 2ª Conferência Nacional de Educação (CONAE), a ser realizada em fevereiro de 2014, já ganhou as ruas. A 2ª CONAE foi convocada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE,) em

dezembro de 2012, com o tema "O Plano Nacional de Educação na articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração" tem as etapas municipais previstas para ser realizadas até o final de junho de 2013 e as etapas estaduais até outubro de 2013.

A UNE, por meio da sua representação no FNE, irá coordenar o eixo IV que tratará da "Qualidade da Educação: democratização do acesso, permanência, avaliação, condições de participação e aprendizagem". A coordenação do eixo será compartilhada com a Associação Nacional dos Pesquisadores e Pós-Graduandos em Educação (ANPEd). A partir dessa temática, a proposta é fortalecer uma agenda em defesa da qualidade da educação amparada em critérios de democracia, inclusão e formação emancipadora. Nesse sentido, a atuação da UNE, mobilizando o conjunto do movimento estudantil em defesa do seu projeto de Reforma Universitária, aprovado recente e que colocou no seu centro o tema da qualidade da educação, será fundamental para a elaboração de uma plataforma política que tenha a marca dos/as estudantes.

A 2ª CONAE terá outros grandes desafios. Em primeiro lugar, ela acontecerá 4 anos após a 1ª Conferência, que mobilizou mais de 3 milhões de pessoas em defesa de um novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o país. De lá pra cá, um sério impasse envolveu a aprovação do PNE. Desde o final de 2010, o movimento educacional luta pela aprovação do PNE no Congresso Nacional, enfrentando posições conservadoras dos setores privatistas e até mesmo do Governo Federal. A 2ª CONAE ocorrerá, portanto, sem que o PNE esteja aprovado, prejudicando a mobilização e até mesmo as discussões em torno do Sistema Nacional de Educação.

A segunda dificuldade está na própria correlação de forças do Congresso e que se reflete nas discussões do PNE. Após uma proposta de Projeto de Lei do PNE apresentada pelo Governo Federal em 2010 e que não agradava os movimentos educacionais, por ainda estar distante das resoluções aprovadas na 1ª CONAE, conquistamos importantes vitórias até o final da sua tramitação na Câmara dos Deputados. A principal dessas vitórias era a que garantia a destinação do equivalente a 10% do PIB para a educação pública. Mas havia outras relevantes, como a destinação de pelo menos 40% das vagas criadas no ensino superior serem na rede pública. Ainda que distante do que defendemos (chegar ao final dos 10 anos com 60% das vagas na rede pública) essa medida sinalizava para um processo que começaria a reverter a hegemonia do setor privado.

No entanto, ao chegar ao Senado Federal, o projeto do PNE sofreu alterações que retrocederam em relação às essas conquistas no período de tramitação e às outras garantidas pelo movimento educacional por meio da luta dos últimos anos. Assim como está, a proposta de PNE não garante 10% do PIB para a educação pública e, pior, sinaliza para expansão das vagas no ensino profissionalizante e superior por meio do setor privado, considerado como "indispensável" pelo relator Senador Pimentel (PT-CE).

A terceira grande dificuldade da CONAE, relacionada às questões anteriores, é a orientação excessivamente pragmática posta em prática pelo atual Ministério da Educação. O MEC optou por enfrentar o desafio de incluir milhares de jovens num curto período de tempo na educação formal do país recorrendo à "generosidade" do setor privado e reduzindo a ênfase na recuperação da rede pública. Esse pragmatismo é danoso, pois se esgota numa perspectiva de curto prazo, abandonando uma visão estratégica de fortalecimento da educação pública. Desse modo, o MEC reduz também o seu compromisso com o direito público a educação de qualidade.

Desse modo, além de reforçar a mobilização estudantil e o diálogo com o conjunto do movimento educacional por meio do Projeto de Reforma Universitária aprovado, a UNE deve contribuir para fazer com que a defesa do direito público à educação de qualidade seja a grande mensagem dessa 2ª CONAE. Essa Conferência deve ter o saldo de manter o movimento educacional unificado e mobilizado em defesa dessa agenda da educação

brasileira. E essa é a razão de continuarmos defendendo a CONAE, mesmo que ainda não seja um espaço deliberativo.

Defendemos, portanto, que a UNE saia do seu 53º Congresso com uma forte orientação de mobilização para o conjunto dos/as estudantes brasileiros/as e com propostas de emendas para as discussões nas etapas municipais e estaduais. Consideramos que essas emendas devem se dar em torno das propostas de constituição do Sistema Nacional de Educação; de regulamentação do setor privado; de aprofundamento da democratização do ensino superior público; de ampliação do financiamento público para a educação pública; e de implantação dos padrões de qualidade na educação brasileira.

Nesse sentido, defendemos prioritariamente:

Através dessa agenda, devemos defender prioritariamente:

1. **Democratização do acesso:**

- Consolidar a política de cotas nas universidades públicas, por meio da implementação da Lei de Cotas nas IFES e sua ampliação para as rede estaduais e municipais;
- Duplicar a oferta de vagas, elevando a taxa bruta de matrículas no ensino superior para 50% e a taxa líquida (apenas jovens entre 18 a 24 anos) para 30%;
- Garantir que, pelo menos, 60% das novas vagas abertas sejam da rede pública e gratuita;
- Novo plano de expansão das IFES, duplicando as vagas existentes, e suporte financeiro para a ampliação das redes estaduais e municipais;
- Superar a desigualdade e concentração na oferta de vagas através de maior mobilidade estudantil e da consolidação do SISU;
- Ampliar os mecanismos de ocupação das vagas ociosas do setor público;
- Garantir a universalização com qualidade do ensino médio, possibilitando o ingresso de mais jovens no ensino superior;

2. **Assistência Estudantil**

- Lutar por políticas de assistência estudantil nas instituições públicas e privadas, que garantam investimentos para a construção de escolas infantis ou creches;
- R$ 2,5 bilhões para a assistência estudantil;
- Construção e ampliação dos restaurantes universitários;
- Construção e ampliação das moradias estudantis;
- Garantia de acesso e permanência aos portadores de necessidades especiais;
- Passe livre para garantia de transporte para os estudantes;
- Criação do Fundo Nacional de Assistência Estudantil com a destinação de 2% do orçamento da educação para Assistência Estudantil
- Fortalecimento do PNAES com a criação da secretaria nacional de assistência estudantil pelo MEC;
- Garantir financiamento específico às políticas de acesso e permanência, para inclusão nas instituições públicas de ensino superior dos negros, povos indígenas, quilombolas, povos da floresta, povos do campo, povos das águas e das comunidades tradicionais.

3. **Financiamento da educação:**

- Aprovação do PNE com 10% PIB para educação pública no congresso nacional;
- Aprovação da destinação de 100% dos Royalties do Petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para educação pública;
- Redução dos juros e auditoria da dívida pública com consequente transferência dos recursos para educação pública e outras áreas sociais;

- Reforma tributária com taxação sobre as grandes fortunas com consequente transferência de recursos para educação pública e outras áreas sociais;
- Aumentar a destinação dos recursos obrigatórios da União de 18% para 25% do orçamento e dos estados, distrito federal e municípios de 25% para 30% do orçamento;
- Implantar, nno prazo de 2 anos de vigência do novo PNE, o CAQi;
- Criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior Pública;
- Reestruturação dos Hospitais Universitários garantindo maior financiamento através do compartilhamento de responsabilidade com Ministério da Saúde e Ministério da Ciência e Tecnologia;
- Aplicação em infra-estrutura progressiva de 1 bilhão até 2015 e 2 bilhões até 2020;

4. Regulamentação do Ensino Privado

- Estatização das Universidades Comunitárias e confessionais, em especial as com risco de falência;
- Diminuição progressiva na proporção de matrículas, reduzindo de 75% para, pelo menos, 40% em dez anos;
- Orçamento Participativo Universitários;
- Garantia de transparência, controle público, abertura das planilhas e gestão participativa;
- Criação de Conselhos de Administração democráticos para garantir uma melhor aplicação dos recursos;
- Controle do aumento das mensalidade, com garantia de abertura das contas e prazo minimo de 120 dias antes do período letivo para justificativa do aumento. Contra o SPC da Educação!
- Garantia do direito à rematrícula dos inadimplentes e proteção a esses estudantes de abusos.
- Impedir a desnacionalização das IES particulares;
- Garantia liberdade de organização e expressão de estudantes, professores e funcionários;
- Eleição direta para reitor, diretores de Centro e coordenadores de curso;
- Democracia interna com participação efetiva de estudantes nos conselhos universitários;
- Controle rígido das disciplinas realizadas na modalidade EAD;
- Contra a terceirização;
- Incentivo ao desenvolvimento a pesquisa e extensão.

CONSTRUINDO UMA NOVA CULTURA POLÍTICA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A cada dia e a cada luta fortalecemos uma nova cultura política no Movimento Estudantil

Nos marcos fundacionais da Kizomba está a defesa de uma nova cultura política. Para nós, socialistas do movimento estudantil brasileiro, construir uma nova cultura sempre teve haver com a democratização da UNE, a ampliação da sua capacidade de diálogo com os estudantes, a defesa do feminismo, do anti racismo e do combate a homofobia.

Entendemos que a defesa da nova cultura política no movimento estudantil se divide em duas agendas. A primeira se relaciona com o aprofundamento da identidade da UNE com os estudantes brasileiros. . A segunda consiste na democratização das estruturas internas da entidade. A Kizomba buscou atuar e contribuir para a UNE nas duas frentes nos últimos anos.

A primeira agenda é reflexo do profundo processo de democratização vivido nas universidades brasileiras nos últimos dez anos. A classe trabalhadora tornou-se majoritária no acesso ao ensino superior, superando uma trajetória de desigualdade, sobretudo no ensino público. Por isso, há cada vez mais mulheres, negros e negras nos bancos das universidades brasileiras. Novos atores que precisam construir um novo patamar de identidade com a União Nacional dos Estudantes.

É nesse sentido que compreendemos a organização do Encontro de Mulheres Estudantes, do Encontro de Negros, Negras e Cotistas da UNE, a retomada dos Conselhos Nacionais de Entidades de Base , a realização da Bienal e Arte e Cultura da UNE e, mais recentemente, a construção do Estagio Interdisciplinar de Vivência em Saúde – VERSUS.

São espaços diversos e inovadores que apostam na pluralização da pauta da entidade e no reforço do seu processo de democratização. Constituem-se como espaço genuínos de aproximação da UNE com a base dos estudantes brasileiros. Materializam nossa compreensão de Uma Nova Cultura Política no Movimento Estudantil.

O segundo front da luta por uma nova cultura política tem haver com a necessidade de democratizar as estruturas internas da entidade. Nesse sentido, a atuação da Kizomba tem sido decisiva no último período, a partir de quando esse desafio começou a ser encarado mais firmemente pela entidade. A aprovação dos Conselhos Fiscais e Editoriais, ainda em processo implementação, foi um passo importante. Além disso, a Kizomba defende que a entidade assuma imediatamente uma política de cotas que garanta a participação paritária de mulheres e homens na sua direção (pleno e executiva).

Nesse ponto, permanece como desafio repensar a dinâmica dos fóruns da UNE. Eles ainda demonstram limitações por não conseguirem envolver e proporcionar a participação plena dos e das estudantes. Com isso, a formulação e construção dos espaços têm ficado excessivamente por conta das forças políticas. Por isso, para um processo de socialização é necessário um novo formato para os fóruns da UNE, menos burocratizados, mais dinâmicos e participativos. A apresentação de textos-bases pela direção da UNE, orientando o debate preparatório para os encontros, foi uma vitória importante proposta pela Kizomba no último Congresso da UNE. No entanto, ainda é preciso avançar para um processo mais participativo nos Grupos de Discussão e mesas de debates, assim como nos espaços deliberativos.

É necessário pensar os espaços da UNE como um momento único de encontro e conformação de uma puljante identificação entre a entidade e os estudantes presente. Somente sentindo-se parte da construção da longa e vitoriosa trajetória de lutas da UNE que conseguiremos levar os estudantes a se constituírem como representantes vivos de sua entidade nacional na base das milhares de universidade e faculdades espalhadas pelo Brasil.

A Kizomba se prõpoe a ser a cada dia mais parte deste processo de transformação do movimento estudantil. Por isso, ampliamos nos últimos anos nossa presença e nossa responsabilidade com a atuação na UNE e nas diversas entidades do movimento estudantil brasileiro. Nos propomos a compor com cada vez mais responsabilidade e mais capacidade de imprimir nossas tradições socialistas na construção da UNE e do movimento estudantil brasileiro.

Nossos desafios para o combate ao machismo!

Avançamos muito na conquista de direitos para as mulheres nos últimos anos, mas ainda há um longo caminho a trilhar para a efetivação de uma cidadania plena às mulheres. Os ufanistas acham que já chegamos ao limite, que as mulheres já estão na universidade e que há igualdade entre os sexos, seja no mundo do trabalho ou no espaço público; negando ainda toda a herança escravagista e patriarcal que rege as relações de poder na sociedade. Temos a opinião de que para transformar a sociedade, é urgente mudar a vida das mulheres.

Não nos contentamos com mudanças estruturais que não alteram a divisão sexual do trabalho e que reforçam os papeis que homens e mulheres devem desempenhar, destinando a eles as tarefas melhor remuneradas e de caráter público, enquanto nós temos como natural as tarefas ligadas ao cuidado e menos valorizadas na sociedade.

A mercantilização do corpo e da vida das mulheres se expressa nos trotes e calouradas machistas, racistas e homofóbicos, na mídia sexista que usa o corpo da mulher para vender de cerveja a carros, na indústria cosmética que nos impõe fórmulas mágicas para sermos sempre jovens, independente do quão jovem ainda sejamos. Romper com esse conjunto de opressões e imposições é primordial para nossa construção política e desnaturalizar a violência sofrida por nós mulheres é tarefa central.

A divisão sexual do trabalho é base material da opressão e desigualdades, as dimensões de classe, raça e gênero são entrelaçadas neste engenhoso sistema de exploração e acumulação de riqueza. O feminismo nos orienta na construção de novas relações sociais, de um desenvolvimento econômico com valorização do trabalho das mulheres, com uma sociedade que respeite as diferenças e de com um Estado que garanta nossos direitos.

Por uma educação não sexista

Com as transformações que a educação brasileira atravessa desde a última década, é possível apreender que as políticas educacionais incidem diretamente sobre a vida das mulheres e tem modificado a realidade do ensino superior brasileiro.

As políticas de Ações Afirmativas contribuem de forma significativa para o acesso e permanência das mulheres negras, parcela da população que têm ingressado em maior número no ensino superior, seja público ou privado. Um maior investimento foi realizado nas universidades públicas com a ampliação exponencial de seus orçamentos - e nesse debate, mesmo sendo maioria nas universidades, nós não estamos contempladas. Propomos uma série de ações e políticas que visam rupturas com o modelo educacional opressor e mercantilizado atual que consiga garantir igualdade entre homens e mulheres. Ter a compreensão de que a opressão se sustenta na nossa linguagem, nas nossas relações pessoais, ou seja, na nossa cultura, é fundamental para organizarmos nossos instrumentos de transformação. Um dos aspectos importantes é a educação, um campo de reprodução dessas desigualdades. As políticas generalistas ampliaram a presença das mulheres no

ensino, mas há um grande déficit nos mecanismos que produzem igualdade entre homens e mulheres.

O machismo estrutura as nossas relações sociais e na universidade não é diferente. Há aumento significativo do investimento em educação e este deve se refletir nas políticas e ações específicas para as mulheres. A garantia de estruturas que garantam o exercício pleno do ensino às mulheres torna-se tema fundamental ao discutirmos orçamentos e planos diretores das IES. A construção de mais residências universitárias, restaurantes universitários, creches, ações de combate à violência sexista, garantias de maior segurança para as mulheres nos campi e arredores, e a desconstrução do modelo androcêntrico, racista, machista e lesbofóbico de nossos currículos são essenciais para que as transformações que atravessamos no ensino superior sejam de fato efetivas na vida das mulheres.

Mulheres na UNE: Pintar o Brasil com as cores da Igualdade

Chegamos neste CONUNE com o debate feminista cada vez mais fortalecido e esse processo é fruto do acúmulo da luta das mulheres no interior do movimento estudantil e da importância política que a Diretoria de Mulheres da UNE alcança a cada gestão.

A Kizomba chega comemora 10 anos à frente da diretoria e é possível perceber que a UNE, cada vez mais, aprofunda sua ação na luta pelo fim do machismo e assume a identidade feminista cada vez mais em suas lutas políticas. Essas vitórias surgem por termos uma diretoria que funciona de forma coletiva, dialogando com outros setores do movimento estudantil na construção da pauta política da pasta e na intervenção cada vez mais próxima do movimento de mulheres. Com uma perspectiva feminista continuada, a UNE é hoje uma das organizações de juventude que mais pauta e ocupa espaços importantes para a garantia da autonomia das mulheres e combate ao sexismo.

O fortalecimento da criação de coletivos feministas nas universidades, mobilização intensa nas redes sociais e nas ruas, garantia de mesas de debates feministas nos eventos da UNE, combate aos trotes e calouradas machistas, assim como uma avaliação mais criteriosa das atrações artísticas nos eventos e encontros da UNE – combatendo a expressão simbólica do machismo e da violência contra as mulheres; - posiciona-nos para a disputa da sociedade ao lado de outras organizações mistas e feministas que pautam um mundo livre de violência e que supere o patriarcado capitalista.

Tendo o perfil cada vez mais militante e de massas, a pauta de mulheres na entidade ganhou mais corpo em todas as lutas e manifestações que realizamos nessa gestão, seja na grande presença de mulheres no "Ocupe Brasília", na Marcha das e dos Estudantes pela aprovação do PNE, na greve das federais, no CONEB ou na Jornada de Lutas das Juventudes. Afirmamos que as pautas ditas "gerais" devem englobar a luta das mulheres, senão corremos o risco de perpetuar uma condição secundária imposta ao gênero que possui mais da metade da população.

Construir uma universidade para as mulheres deve ser uma luta do conjunto do movimento estudantil brasileiro. A nossa luta é por uma universidade pública, gratuita e de qualidade que não reproduza o machismo, homofobia e racismo. Vamos tecer novos valores para um novo conhecimento!

Pra acabar com o machismo: # SOMOSTODASFEMINISTAS

Com a campanha #somostodasFEMINISTAS afirmamos nossa opção por construir um feminismo de massas, militante, anticapitalista, antirracista e antipatriarcal. Com ações que envolveram mobilizações nas redes sociais e intervenções urbanas, conseguimos

movimentar mulheres de todas as regiões do país reafirmando que para acabar com o machismo nós somos todas feministas!

Acreditamos na auto-organização das mulheres e com muita mobilização tomamos as ruas e universidades deste país na luta pelo fim do machismo, por mais políticas paras as mulheres, pela autonomia dos nossos corpos e vidas, pelo direito a viver uma vida sem violência!

Legalizar o aborto! Direito ao nosso corpo!

Ser mãe não deve ser um destino obrigatório das mulheres, deve ser uma escolha, uma possibilidade para as mulheres. Ser mãe implica mudanças no aspecto físico, emocional, no projeto de vida da mulher. Uma gravidez não pode ser uma imposição.

A criminalização do aborto não impede que as mulheres interrompam uma gravidez indesejada, apenas coloca essa experiência na clandestinidade e expõe as mulheres mais pobres, em sua maioria negras, a riscos para sua vida e saúde.

Se o aborto clandestino traz risco para a vida e saúde das mulheres, esse risco é maior quando a situação é de pobreza. As mulheres ricas têm acesso a clínicas particulares, mas as pobres submetem-se a procedimentos inseguros, sozinhas ou com pessoas sem as habilidades necessárias, em ambientes que não cumprem com os mínimos requisitos médicos, ocasionando diversas complicações como infecções e inclusive a morte. Reivindicamos o direito a vida! O aborto deve ser legal e garantido pelo Sistema Único de Saúde!

A UNE constrói a Frente Nacional pela Legalização e Descriminalização do Aborto e em seus fóruns e congressos reafirma sua posição pela garantia de autonomia das mulheres sobre seus corpos. Em 2009, junto com as ações da Caravana da Saúde da UNE, foi realizada uma pesquisa onde foi possível perceber a opinião das e dos universitários brasileiros sobre a legalização do aborto. Com uma aprovação expressiva, tornou-se permanente a campanha pela legalização e descriminalização do aborto na UNE.

Enegrecendo a luta feminista

Assumir a dimensão feminista na luta antirracista é romper com o legado de opressões ao qual o conjunto das mulheres negras está submetido. Nunca fomos o sexo frágil, nossos corpos desde sempre foram brutalizados e coisificados. O machismo se alinha ao racismo e aprofunda ainda mais a opressão sofrida por nós. A erotização dos nossos corpos e a divisão das mulheres entre santas e profanas, sempre nos colocou como as profanas e que não merecem respeito ou têm dignidade. Os valores patriarcais e sexistas que atingem o conjunto das mulheres atingem de forma nefasta a vida das mulheres negras em nossa sociedade. O passado escravagista ainda se faz presente e a superação dessas desigualdades tem que ser pautados nos marcos do feminismo.

A luta por autonomia de nossos corpos e nossas vidas, bandeira central do feminismo, ganha para nós uma urgência ainda maior. Nós, mulheres negras, somos as maiores vítimas da pobreza, exploração sexual, violência e morremos em maior número por conta da prática insegura do aborto.

No que tange o acesso à educação, estamos ainda em menor número nas cadeiras da universidade. Mesmo com as políticas de acesso que fizeram aumentar a população negra no ensino superior, este espaço de construção de saberes não dialoga com nossa realidade.

A falta de políticas de permanência efetivas que tragam o recorte de gênero e raça na sua orientação segregam e excluem uma significativa parcela da população brasileira deste espaço de poder e disputas. A descolonização do conhecimento é central na luta

antirracista e tem que dialogar com o fato de que a história e contribuição das mulheres na organização da sociedade não são contadas em nossos materiais didáticos.

Outro fator que percebemos é o quão distante ainda está para nós os postos de direção e representação política. A população negra em seu conjunto está na outra margem dos espaços de poder e nós, mulheres negras, estamos ainda mais na periferia destes espaços privilegiados de poder e decisão.

Apontar as contradições de nossa sociedade e afirmar que o machismo e racismo existem, são elementos que organizam a nossa luta. A falsa cordialidade das opressões que vivemos nos aprisiona, denunciá-las traz à tona o quanto a divisão sexual da sociedade e a hierarquização entre as mulheres negras e não-negras violenta, dizima e destrói milhares de vidas.

A nossa ação política tem em sua gênese a dimensão feminista, superar as desigualdades de gênero e raça se dá através de mecanismos que incluam as mulheres e tratem de nossas especificidades. Vamos enegrecer ainda mais as nossas pautas para transformar a vida de todas as mulheres!

Encontro de Mulheres Estudantes da UNE

O EME surgiu em 2005, por iniciativa da diretoria de mulheres da UNE, com o objetivo de ser um espaço de auto-organização e fortalecimento do debate feminista na entidade, contribuindo no combate ao machismo e todas as formas de opressão sofridas pelas mulheres dentro das universidades e no movimento estudantil. Chegamos a sua quinta edição tendo um vitorioso encontro que consolidou a agenda feminista na entidade e apontou um conjunto de tarefas e desafios colocados às mulheres e a sociedade.

O 5º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE foi realizado entre os dias 29 a 31 e março, na cidade de Camaçari (Bahia), e mais uma vez trouxe à tona a bagagem de muitas lutas e vitórias para as mulheres no movimento estudantil. Essas mulheres abriram muitas portas e apontaram muitos caminhos. É nossa tarefa dar continuidade e nos preparar para novos desafios.

O EME se consolida como o maior encontro de jovens feministas do país. Saímos do encontro afirmando nosso compromisso com campanhas periódicas, pelo fim dos trotes machistas, pela criação de creches e comprometimento das universidades com o Pacto Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres. Dar continuidade a campanha pela legalização do aborto iniciada na gestão de 2007, pauta central em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e garantia de autonomia sobre seus corpos e vidas.

Entendemos que machismo estrutura e organiza nossa sociedade e apontamos a construção do feminismo para mudar essa realidade. Por isso, queremos protagonizar debates importantes na disputa de valores da juventude brasileira. Colocamos, também, na nossa agenda a luta pela democratização da mídia, contra a mídia sexista e por uma reforma política que inclua verdadeiramente as mulheres. Outro ponto importante é que aprofundamos a luta das mulheres contra o racismo e contra a mercantilização do corpo e vida das mulheres.

Para nós, Mulheres na UNE, a universidade cumpre um papel central na transformação da sociedade e vamos reforçar com bastante unidade que para mudar a universidade: somos todas feministas!

Por uma universidade afirmativa!

O racismo é um mal enraizado em nossa sociedade. Organiza as relações sociais e impede o acesso igualitário as oportunidades. O povo africano escravizado sustentou por quase quatro séculos a economia colonial, viabilizando acumulação de capital para o desenvolvimento do capitalismo. Nessa nova ordem se estabelecia, a abolição da escravidão constituiu um processo negociado entres os interesses das elites escravocrata e do capital.

A dinâmica das relações raciais do Brasil estabeleceu de forma institucional distinções socioeconômicas. Hoje, lutamos para que o Estado que escravizou, discriminou, negou direitos, repare os erros e equívocos políticos e ideológicos da história. Fazendo necessário que sejam reconhecidos e reparados por Políticas de Ações Afirmativas, através de políticas transversais de promoção da igualdade racial.

As Cotas são um importante instrumento de redução das desigualdades sociais e raciais, pois enfrentam diretamente o racismo e dissolvem os privilégios históricos das camadas médias e altas da sociedade, predominantemente branca.

Lutamos por uma justiça social que se destaque na defesa de um projeto de universidade comprometido com uma transformação radical das estruturas de desigualdades. Defendemos um ensino superior a serviço de todos e todas, que garanta uma educação de qualidade e a superação das discrepâncias de raça, classe e gênero. Um projeto centrado na democratização do ensino superior, como uma ferramenta de garantia de direitos e reparação de barreiras impostas por quase quatrocentos anos de escravidão e cerceamento de direitos da população negra.

Democratizar a universidade significa garantir condições de acesso, permanência, pleno desenvolvimento acadêmico, participação e pós-permanência a todos/as, significa assegurar o direito dos que foram historicamente afastados do ensino superior. Nesse sentido a regulamentação das cotas pela Lei 12.711 de 2013, após o inicio da implementação de cotas em instituições publicas em 2001 e declaração de constitucionalidade das políticas de ações afirmativas pelo STF em 2012, é um marco de resposta às desigualdades sócio-raciais do país e reconhecimento histórico, social e cultural da população negra.

Uma nova geração de direitos, novos desafios.

A UNE esteve nas ruas na defesa por mais financiamento para educação. Lutamos pelos 10% do PIB e 100% dos Royalties do pré-sal para educação e pela ampliação dos recursos do PNAE's. Seguiremos em marcha por uma Reforma Universitária, por novos rumos de desenvolvimento, pela superação da estrutura de educação superior voltada à manutenção de uma elite, para o rompimento de uma cadeia de pobreza estrutural.

Vivemos um momento de ampliação e democratização do Ensino superior publico a partir do acesso de setores historicamente alijados da Universidade. Esse cenário apresenta uma nova agenda para movimento estudantil. Nossa luta deve ser ainda mais intensa para que o Estado garanta a permanência e pleno desenvolvimento acadêmico para essa juventude negra que agora ingressa na universidade.

A insuficiência de políticas de assistência é uma das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes cotistas, negros e não negros. Uma educação de qualidade só pode ser exercida se forem asseguradas condições mínimas de permanecia e aprendizagem , garantindo condições materiais e objetivas de sobrevivência dignas , de aprendizagem e produção cientifica.

Por isso, lutamos para que sejam ampliados os recursos para assistência estudantil, para a reforma e construção de moradias estudantis, restaurantes universitários e creches,

ampliação do número e o valor das bolsas de permanência, o fim da contra partida trabalhista, acesso à cultura e à inclusão digital.

Outro ponto muito relevância é o acesso à pesquisa. Uma das faces do racismo na universidade é a exclusão de negros e negras à produção de conhecimento, sejam como alunos ou como pesquisadores. Este processo é agravado pelos próprios aspectos político-ideológicos da pesquisa, que em grande parte se coloca a serviço de grandes empresas e setores do capital, em detrimento dos interesses sociais e coletivos , em especial da população negra.

A Cultura e História da África devem estar inseridas nos currículos. É inadmissível que, após 10 anos da aprovação da Lei 10.639/2003, que obriga escolas e os currículos do ensino superior a incorporar a Historia e Cultura da África , sua aplicação não tenha se efetivado.

Cotas JÁ nas Estatuais

O numero vagas das universidades estatuais é de 619 mil, representado 60% do numero de vagas das universidades federais. Essa parcela do ensino superior público também deve estar acompanhada do sistema de cotas. Não existem mais justificas que sustentem essa não implementação. Defendemos que a UNE construía uma grande campanha pelas Cotas nas universidades estaduais.

Resaltamos a desconexão da proposta 'PIMESP' do Governo de São Paulo com que é defendido pelo conjunto do movimento social, uma vez que o programa proposto impõem obstáculos ao acesso direto do estudante cotista na universidade através do ''college'', onde o estudante deve passar por um curso de modalidade à distancia, por até dois anos, para pleitear um vaga em uma das universidades paulista, alem de configuram um programa de metas, onde não existem garantias de que as mesma serão atingidas.

Defendemos que as universidades estaduais implementem de forma imediata políticas de cotas raciais e sócias do mínimo 50% para estudantes oriundo da rede publica e com recorte racial proporcional a composição étnica de cada estado.

Combate ao Racismo, essa Luta nos UNE

- Campanha de Cotas JÁ' nas Universidades Estaduais;
- Ampliação das condições de permanência com recordo aos estudantes cotistas;
- Cotas para estudantes negros/as ao conjunto de vagas dos projeto de pesquisa;
- Cotas para estudantes negros/as para Pós-graduação;
- Implementação da dimensão da Lei 10.639 em todos os cursos superiores;
- Criação do Conselho Nacional de Acompanhamento da Implementação das Cotas e
- a formação de conselhos de apoio aos cotistas;
- Campanhas de Tolerância Zero ao Racismo nas universidades.

Por uma universidade com todas as cores

"Há muitas pessoas de visão perfeita que nada vêem. O ato de ver não é coisa natural. Precisa ser aprendido."

Rubem Alves

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira ampliou as discussões e os questionamentos sobre valores, normas, conceitos e preconceitos relacionados à vivência da sexualidade humana, numa perspectiva de identificar as possibilidades de superação das desigualdades de direitos nesse campo. Nós, Kizombolas, entendemos que precisamos ir avante e reivindicarmos mais políticas públicas afirmativas que direcionem o enfrentamento de preconceitos e discriminações em virtude da orientação sexual e identidade de gênero, no sistema educacional, o que implica ampliar o debate e o espaço de atuação (movimento estudantil) e atuarmos em parceria, nos espaços de fóruns e Conferências nacionais e internacionais onde se reúnem saberes e fazeres da academia, dos governos e dos movimentos sociais. Resaltando que teremos a II Conae, em Brasília, em 2014, precedida de Conferências municipais, intermunicipais, estaduais e distrital, espaços importantes para contribuirmos na construção das políticas públicas afirmativas educacionais na pauta da diversidade sexual e de gênero.

Os problemas que a comunidade LGBTT enfrenta no sistema educacional ainda é muito ruim, e esbarra na educação básica, pois, mesmo que alguns/mas gays e lésbicas mudem de escolas, e são menos agredidos/as por a escolar e direção serem mais aberta ao dialogo, o preconceito existe da parte de alguns/mas professores/as, os/as demais funcionários/as e alunos/as, ainda sofrem o preconceito e a situação das Travestis e Transexuais, mesmo depois da lei que foi criada e aprovada a lei do Nome Social, muitas secretárias de escola não orientaram as escolas de suas redes para a reformulação do Diário de Classe ou o preenchimento com o nome social da ou do aluno/a, o que amplia os motivos de preconceitos e reflete no número de evasão escolar na educação básica e a quase não existentes de Travestis e Transexuais nas Universidades do Brasil sejam elas públicas ou privadas.

No Brasil, não existem leis que criminalizem atitudes de preconceitos contra homossexuais, precisamos de leis positivas, normas formais que afirmem de o direito à diversidade sexual. A principal pauta dos movimentos sociais LGBTT é a aprovação Lei de Criminalização da homofobia. Isso porque, nas universidades, temos um grande registro de ações homo/les/bi/transfóbicos em trotes, festas e dentro de algumas casas de estudantes. Também é fundamental a aprovação e distribuição do kit anti-homofobia nas escolas de ensino médio, bem como a legalização do Casamento Gay.

É preciso enegrecer o debate e explicitando as especificidades e aglutinamentos da violência e/ou discriminação com a questão racial. O movimento feminista é crucial também nessa luta, porque a afirmação da igualdade de mulheres e homens reposiciona a população LGBTT, tanto gays quanto lésbica. Isso porque parte da homofobia e do preconceito que ainda recaem sobre homens homossexuais tem relação com a inferiorização do **Feminino** na nossa sociedade. No momento em que a feminilidade passar a não ser mais um fator de desqualificação a própria homossexualidade masculina mudará de posição.

O campo Kizomba apresenta e constrói na UNE uma Nova Cultura Política, e entende que o preconceito hierarquiza a nossa cidade, ao designar como subcidadãos os homossexuais. É importante e torna-se necessário que dentro das Universidades, públicas ou privadas, nós estudantes, DCEs, CAs, DAs e Coletivos pressionemos as reitorias para: a construção e efetivação de projetos de combate à homo/les/bi/transfobia; a garantia política de segurança do espaço acadêmico; a garantia do acesso e permanência da comunidade LGBT. Dizemos não à HOMOFOBIA, LESBOFOBIA, BIFOBIA E TRANSFOBIA, e compreendemos que é com a união dos movimentos que lutam contra o racismo, o machismo e a homofobia que avançaremos na defesa e garantia de um estado laico de fato.

Portanto, apresentamos uma plataforma de reivindicações e propostas para esse 53º CONUNE:

- Lutar pela aprovação da PL122/06, que estará neste ano de 2013 em tramitação no Congresso Nacional, lei que pune criminalmente qualquer ato de homofobia;
- Reivindicar a aprovação e distribuição do Kit contra a homofobia nas escolas e Universidades;
- Aprovação e efetivação do Nome Social nas Universidades;
- Tornar obrigatória as disciplinas com a temática da Diversidade Sexual em todos os cursos;
- Atuação contra as ações homo/les/bi/transfóbica em residências estudantis, nos campus das universidades e nas calouradas;
- Incentivo à formação de diretorias LGBTT nas entidades estudantis e núcleos LGBTT nas universidades;
- Democratizar os fóruns da UNE e garantir semprea presença e discussão da pauta LGBTT;
- Que a UNE organize a intervenção estudantil nas conferências LGBTT;
- Fortalecer o Encontro Nacional Universitário sobre Diversidade Sexual - ENUDS;
- Lutar pela implementação das ações afirmativas a estudantes LGBTT nas Universidades;
- Intensificar a luta por políticas públicas de inclusão e proteção aos/às homoafetivos/as.

A UNE na linha de frente da luta sanistarista

"É possível, viável e incontornavelmente necessário construir plenamente o projeto SUS na próxima década."

Juarez Guimarães

São inegáveis os desafios impostos à construção e fortalecimento de um Sistema de Saúde que objetiva ser público, universal e integral, tendo em vista os interesses privatistas que atuam nos cenários de luta do país. Diante da mais relevante politica pública em curso no país, estrutura-se uma verdadeira disputa: de um lado uma elite neoliberal que aposta no crescimento do mercado dos planos de saúde como alternativa viável à melhoria da qualidade dos serviços de saúde, de outro estão as pessoas e os movimentos engajados na defesa e consolidação de uma das maiores conquistas do povo brasileiro.

Quando tomamos por base o panorama mundial, vemos que a crise internacional continua a aprofundar as contradições do sistema capitalista e tem afetado significativamente o modelo privatista na saúde, que promove a forte mercantilização dos serviços e o corporativismo, possibilitando a implantação de modelos públicos de saúde. No Brasil, o contexto de crescimento econômico com distribuição de renda tem dado boas sinalizações para os entraves estruturais do SUS, principalmente com a recente descoberta do pré-sal, que traz boas perspectivas de financiamento público para a saúde.

As políticas sociais propostas no último período permitiram que mais jovens entrassem no mercado de trabalho da saúde; sua formação para atuar em um sistema público tem que ser o centro do debate. As instituições de ensino do nosso país ainda estão em desconexão com a realidade da saúde pública e não conseguem formar profissionais que realmente se

propõem a trabalhar no SUS, na perspectiva de construir uma saúde para a sociedade brasileira como um todo.

A reorientação na formação de trabalhadores da saúde é necessária para garantir um serviço mais humanizado e em contato com a realidade social dos usuários do nosso sistema de saúde. O SUS tem que servir de base para as diversas profissões da saúde - assim como para outras que estejam em consonância com a ampla abrangência do sistema -, estando presente na formação, do início ao fim, e se tornando-se, de fato, o alicerce da educação em saúde. Currículos que incluam mais estágios de humanização e acolhimento, interdisciplinares e multiprofissionais, dão maior espaço para que o estudante participe de Atividades Curriculares em Comunidade e Sociedade (ACCS), vivências e para que construa seu caminho na universidade com maior integração entre a saúde e demais áreas do conhecimento e são, extremamente, necessários para uma melhor formação.

A formação em saúde, principalmente na rede federal de ensino, passa também pela vivência no serviço dos Hospitais Universitários (HU's). No ultimo período, vivemos um processo de precarização dos HU´s, que tem como fonte central as dificuldades na gestão de pessoal e de financiamento. As limitações do financiamento público oneram a universidade e inviabilizam o cumprimento dos convênios com o SUS e a gestão, que muitas vezes não está preparada para lidar com um hospital de caráter diferenciado - já que tem como foco, além da assistência, o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica - faz com que os HU's tenham se tornado um real problema. Para superá-lo e retomar o caráter formador tão importante dos HU's, precisamos pensar em novas soluções em diálogo com a comunidade universitária, a rede SUS e a sociedade em geral. Hoje, a EBSERH coloca-se como solução e foi apresentada pelo governo às universidades com muita polêmica e controvérsia. Temos que analisar com profundidade sua funcionalidade para que os HU's se fortaleçam e cumpram seu papel social de contribuir para um SUS 100% publico, de qualidade com participação e controle social, e se esse não for seu propósito e realidade, temos que apontar novas soluções a fim de que se cumpram os ideais da nossa luta.

A UNE teve uma importante atuação no Movimento de Reforma Sanitária para a criação do SUS, nas coferências de saúde e em inúmeros outros espaços de luta por uma saúde pública e universal e, precisa, nesse momento tão propício, retomar a luta para apoiar a consolidação e fortalecimento do SUS. No último periodo, tivemos boas iniciativas que tem mostrado interesse dessa entidade em tocar essa tarefa: a Caravana da Saúde, realizada em 2009, em que a UNE retomou um significativo papel para o resgate do debate da saúde como política em disputa e fez com que diversos núcleos de estudantes nas universidades se construíssem para debater com centralidade seus temas, abrindo espaço para que, em diversas universidades, experiências de vivência em saúde pudessem ser incentivadas e construídas.

Outra iniciativa que a UNE protagoniza atualmente é a construção do VER SUS BRASIL, que tem colocado para o campo da formação profissional novos e complexos desafios, induzindo, deste modo, mudanças no que se referem às diretrizes curriculares de ensino de graduação, e levando, nos últimos anos, a importantes processos de educação permanente, assim como agregando militantes comprometidos ético e politicamente com os processos de transformação do setor de saúde. Essa experiência de vivência no Sistema Único de Saúde vai além da imersão de estudantes na rede do SUS em todos os níveis de atenção. O/a estudante acaba aproximando-se também de movimentos populares como o movimento feminista, quilombola, indígena, de combate ao racismo, e compreende-os enquanto atores da construção do sistema, através do conselho de saúde e seu importante papel de construção conjunta. Isso possibilita que o/a estudante entenda o que é necessário, em sua competência, para que esse sistema seja mais includente, democrático e plural.

A Kizomba tem participado com prioridade do VER-SUS por perceber seu grande potencial transformador e por entendê-lo como um importante dispositivo de militância para organizar o movimento estudantil na Saúde. Nesse sentido, é preciso que a UNE priorize e fortaleça o VER-SUS, acionando os CAs, DCEs e UEEs para sua construção, mobilizando sua rede para a participação nesse projeto tão importante.

Dessa forma, reividicamos que a Luta pela consolidação e fortalecimento do SUS esteja no centro da agenda da UNE, que ainda não conseguiu incorporar essa tarefa com prioridade. Iniciativas como o Encontro de Estudantes em Defesa do SUS devem ser fortalecidas, assim como a própria pauta da saúde dentro dos debates realizados pela entidade, devendo figurar como uma das pautas centrais para o próximo período. Os inúmeros debates que circundam a saúde precisam estar presentes para além do VER-SUS e para além dos grupos de pesquisa e das ligas estudantis. Tem que estar nas salas de aula de todos os cursos e fora delas, em debates com os estudantes e a comunidade para garantir que a participação social seja plena e de fato se constitua como um pilar sustentador do nosso Sistema Único de Saúde.

Defendemos a organização de Encontros Estaduais de Estudantes em defesa do SUS. Apontamos que, com modelo de organização democrático e participativo, o Encontro conseguiu articular não só a base da UNE, mas também estudantes de graduação e pós graduação, trabalhadores (as) e outros militantes engajados na construção do SUS, bem como movimentos de Educação Popular, a exemplo da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS). Pretendemos criar dentro da UNE um Fórum de Estudantes pelo SUS para acompanhar e intervir sobre a pauta de Saúde. Ele acompanharia a atuação da UNE no Conselho Nacional de Saúde, na Comissão Organizadora do VER-SUS Brasil e impulsionaria agendas de luta pelo fortalecimento do SUS.

Acreditamos que as últimas ações marcam a volta do Movimento Estudantil na Saúde e fortalecem a disputa por um SUS pleno, de qualidade e participativo, tão necessária num contexto de enfrentamento contra-hegemônico. Impoe-se à UNE o desafio de impulsionar de maneira mais incisiva as mobilizações em defesa do SUS. Só assim seremos capazes de superar o esvaziamento nos espaços de luta pela saúde e vencer a disputa em favor da consolidação do projeto original do SUS.

Juventude Rural e Universidades

A ruralidade é vista pela sociedade urbana, sob uma perspectiva dualista, onde rural e urbano são coisas distintas. O meio rural, ou campo, é visto como um lugar atrasado, precário, onde predomina o trabalho manual. Já o meio urbano, ou cidade, é visto como um local desenvolvido, industrializado e com predomínio do trabalho intelectual. Essa visão é contraditória e simplista, pois tenta demonstrar uma imposição cultural e social do meio urbano em relação ao meio rural.

Nesse contexto, entra a juventude rural, uma juventude vinda do campo, bem como de pequenas cidades e vilas, e que enfrenta diversos problemas. Um deles é o êxodo rural, que faz com que jovens abandonem o meio rural e se desloquem para os grandes centros urbanos motivados, em geral, por novas perspectivas mais autônomas de vida.

A relação do trabalho no campo é familiar, onde predomina uma relação patriarcal, ou seja, o chefe de família é aquele que comanda qual a atividade será realizada, o que será produzido e no que o dinheiro será investido, não havendo uma divisão igualitária perante os membros da família. Somando-se a isso, muitas vezes os jovens não são escutados, são

excluídos das decisões tomadas, e sempre está dependente do chefe da família. Isso faz com que ocorra o desejo de liberdade do jovem, a "rebeldia", onde o jovem abandona o meio rural em busca de liberdade, indo trabalhar nos centros urbanos como pedreiros, serventes, vendedores em mercados ou lojas, entre outros, e mesmo ganhando pouco, sabe que aquele dinheiro ganho pelo trabalho é dele, e ele pode finalmente gastar com o que ele quiser. Isso gera mão de obra barata e até desqualificada, onde os salários são baixos.

Há outros, no entanto, que vão para os centros urbanos em busca de uma oportunidade para entrar em uma Universidade. Para isso, a expansão das instituições públicas é fundamental. A criação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFET) e o PRONATEC Campo reforçaram o papel das instituições de ensino vinculadas aos arranjos sociais e produtivos de cada local e contribuiram para interiorizar a rede pública de educação superior.

Esses jovens rurais que conseguem entrar em uma universidade, enfrentam novos desafios. O primeiro, é que seu conhecimento cultural, ou conhecimento popular é refutado, deixando de lado suas experiências de convívio ao campo, sendo quase que obrigado a aceitar a imposição de uma ciência e saber tecnicista como conhecimento verdadeiro e real, onde só tudo passa por testes, observações, analises e pesquisas, onde suas características são analisadas isoladamente e mudando somente variáveis. O segundo refere-se ao papel mais crucial: a manutenção desse jovem rural na Universidade.

Por isso, o reconhecimento dessa base social por parte da UNE é fundamental, contribuindo para articular essas novas demandas e exigências ao conjunto de políticas que a entidade já defende e constrói no conjunto das universidades públicas e privadas do país, majoritariamente situadas nos grandes centros urbanos.